SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 27
INTRODUÇÃO À EDIÇÃO BRASILEIRA 31

PRIMEIRA PARTE

O CONTEXTO DA TOMADA DE DECISÕES SOBRE A PROVA NO PROCESSO JUDICIAL

1.

INTRODUÇÃO 39

2.

NOTAS DEFINITÓRIAS DO CONTEXTO DA PROVA JURÍDICA 49

2.1. O objetivo institucional é a busca da verdade 50

2.2. Determina-se (normalmente) a ocorrência de fatos passados 53

2.3. O direito prevê um bom número de regras jurídicas sobre a prova 58
2.4. A tomada de decisões sobre a prova no processo submete-se a estritas limitações temporais 60
2.5. As partes intervêm no processo 62
2.6. A justificação da decisão tomada relaciona-se a um conjunto determinado de elementos de juízo 65
2.7. A decisão tomada será dotada de autoridade 65

3.

RECAPITULAÇÃO: TRÊS MOMENTOS DA ATIVIDADE PROBATÓRIA NO DIREITO 67

3.1. A formação do conjunto de elementos de juízo ou provas 68
3.2. A valoração dos elementos de juízo ou provas 73
3.3. A tomada da decisão sobre os fatos provados 76

4.

UMA ANALOGIA ESTIMULANTE: A TOMADA DE DECISÕES CLÍNICAS 79

5.

O DIREITO À PROVA COMO EXIGÊNCIA JURÍDICA DE RACIONALIDADE 85

5.1. Os elementos que integram o direito à prova 88

SEGUNDA PARTE

ELEMENTOS PARA UMA DECISÃO RACIONAL SOBRE A PROVA

1.

INTRODUÇÃO 97

2.

NOVAMENTE SOBRE OS MOMENTOS DA ATIVIDADE PROBATÓRIA NO PROCESSO 105

2.1. O momento da formação do conjunto dos elementos de juízo 107
2.1.1. A relevância 107
2.1.2. A admissibilidade 119
2.1.3. Os controles procedimentais sobre a produção da prova que incidem na riqueza do conjunto de elementos de juízo 132

2.2. O momento da valoração da prova 139
2.2.1. Conceitos de probabilidade 142
2.2.2. O raciocínio probatório no momento da valoração da prova 146
2.2.2.1. A probabilidade estatística da hipótese como modelo de raciocínio probatório 148
2.2.2.2. A probabilidade subjetiva como modelo de raciocínio probatório 162
2.2.2.3. A probabilidade lógica ou indutiva da hipótese como modelo de raciocínio probatório 178
2.2.2.3.1. A metodologia da corroboração de hipóteses 186

2.3. O momento da decisão sobre os fatos provados 205
2.3.1. *Um standard* de prova para o processo penal..... 212

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 225

APÊNDICE: PROLEGÔMENOS PARA UMA TEORIA SOBRE OS *STANDARDS* PROBATÓRIOS. O *TEST CASE* DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR PRISÃO PREVENTIVA ERRÔNEA..... 245

1. Introdução 247
2. Como se pode formular um *standard* probatório? 253
   2.1. Requisitos metodológicos para formular um *standard* probatório 256
   2.2. A fundamentação do nível de exigência probatória dos *standards* probatórios 259
   2.3. Alguns exemplos de *standards* probatórios 276
3. *Standards* de prova e tipos de erros judiciais sobre a prova 283
4. Presunção de inocência e prisão preventiva: a responsabilidade do Estado por prisão preventiva "indevida" 287
   4.1. A doutrina original do Supremo Tribunal Espanhol 289
   4.2. A jurisprudência do TEDH 294